



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA
AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo n. 032026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada visando para ***Aquisição parcelada e eventual de Combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, destinados a frota de veículos pertencentes e locados da Secretaria Municipal de Educação.***

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND	QTD TOTAL	VALOR MEDIO	VALOR
1	GASOLINA ADITIVADA, LÍMPIDA E ISENTA DE IMPUREZAS.	L	10000	7,40	R\$ 74.000,00
2	ÓLEO DIESEL S-10, LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREZAS	L	67500	7,09	R\$ 478.575,00
3	ÓLEO DIESEL S-10, LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREZAS	L	22500	7,09	R\$ 159.525,00

R\$ 712.100,00

2.1 DA RESERVA DE COTAS E PARTICIPAÇÃO

Nos termos do disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, bem como em observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021, os itens da presente licitação ficam assim definidos:



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

I – Item 1: destinado à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP);

II – Item 2: destinado à ampla concorrência, podendo participar quaisquer empresas que atendam às condições deste edital;

III – Item 3: corresponde à cota reservada de 25% (vinte e cinco por cento) do item 2, sendo destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP).

§1º A divisão do item em cota principal e cota reservada tem por finalidade assegurar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto na legislação vigente.

§2º Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, nos termos da legislação aplicável.

2.2 VEICULOS PROPRIEDADE/LOCADOS PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

VEÍCULOS PRÓPRIOS

Tipo	Marca/Modelo	Placa	Combustível	Ano/Mod.	Cor	Proprietário
Ônibus	Volkswagen 15.190 EOD	QME- 6073	Diesel	2018/2019	Amarela	Sec. Educação
Ônibus	VW Neobus 15.190 ESC	RQW- 9F95	Diesel	2022	Amarela	Sec. Educação
Ônibus	VW Neobus 15.190 ESC	RQY- 5B53	Diesel	2022	Amarela	Sec. Educação
Ônibus	M. Benz Caio 916 ORE	QMF- 8397	Diesel	2019/2020	Amarela	Sec. Educação
Ônibus	M. Benz OF 1519 ORE	OES-4185	Diesel	2013	Amarela	Sec. Educação
Ônibus	VW Induscar Foz	NVH- 4801	Diesel	2009/2010	Amarela	Sec. Educação
Ônibus	Marcopolo Volare V9L	RRA-1105	Diesel	2022/2023	Amarela	Sec. Educação

VEÍCULOS LOCADOS

Tipo	Marca/Modelo	Placa	Combustível	Ano/Mod.	Cor	Proprietário
Argo	Fiat Drive 1.0	TNW-1D20	Flex	2025/2026	Prata	-
Aircross	Citroën C3	TNX-0C20	Flex	2025	Cinza	-



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

2.3 A relação dos veículos constantes serve apenas como referência para os tipos de combustíveis, podendo, portanto, sofrer alterações durante a execução do contrato, em função das baixas/alienações e/ou incorporações, de novos veículos.

2.4 Para todos os fins legais, conforme declarado no ETP – Estudo Técnico Preliminar, a contratação de pessoa jurídica especializada na **aquisição de COMBUSTÍVEIS**, definição usual no mercado está enquadrada como bem comum de acordo com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº. 14.133/2021. Nesse sentido, podemos entender a importância do objeto licitado no presente estudo, para garantir o bom desenvolvimento de todas as atividades executadas por esta secretaria.

2.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados por igual período, contados a partir de sua assinatura, competindo ao Gestor do contrato exercer a administração do instrumento contratual, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificação dos recursos empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificação da necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como a análise da viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.2 A presente contratação tem como finalidade garantir o fornecimento contínuo e adequado de **combustíveis (gasolina e diesel) necessários à operação da frota de veículos** pertencentes e/ou ao serviço da Secretaria Municipal de Educação de **Feira Nova/SE**. Esta frota desempenha um papel fundamental na execução de serviços essenciais à população, abrangendo diversas áreas da administração pública, como:

A. **Transporte Escolar:** Veículos que realizam o transporte de estudantes, garantindo o acesso à educação e o deslocamento seguro dos alunos, especialmente aqueles que residem em áreas mais afastadas.

B. **Serviços Gerais e Administrativos:** Viaturas e veículos que servem às atividades administrativas, facilitando a movimentação de servidores e o transporte de materiais e equipamentos, permitindo o bom andamento das atividades administrativas.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

Dessa forma dada a natureza e a importância dos itens a serem a fornecimento, a contratação de combustíveis com fornecimento parcelado e eventual, conforme demanda, em modalidade contínua e fracionada é necessária para garantir a Regularidade e Disponibilidade dos Serviços Públicos, a frota deve estar continuamente abastecida para evitar nos serviços essenciais prestados à população.

Enquadramento de Compra para efeito da Lei nº. 14.133/2021:

3.2 Para todos os fins legais, declaramos que a AQUISIÇÃO PARCELADA E EVENTUAL DE COMBUSTÍVEIS, COM FORNECIMENTO CONTÍNUO E FRACIONADO, CONFORME DEMANDA, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES E/OU A SERVIÇO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, definição usual no mercado podendo ser enquadrada como compra de acordo com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº. 14.133/2021. Nesse sentido, podemos entender a importância da aquisição licitado no presente estudo, para garantir o bom desenvolvimento de todas as atividades executadas por este órgão.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.2 A solução pretendida abrangente é a *Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis (gasolina e Diesel-S10), para suprir as necessidades da frota de veículos*, pessoas jurídicas, para celebração de contratos de fornecimento de combustíveis.

4.2.1 A contratação dos serviços se dará na medida exata em que surgirem as demandas do órgão. Os serviços serão solicitados mediante Autorização de fornecimento, acompanhada da Nota de Empenho a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.2 São requisitos:

5.2.1 Na ocasião da habilitação a empresa deverá apresentar os seguintes documentos técnicos:

5.2.2 Atestado de capacidade técnico, emitido por terceiro, pessoa jurídica de direito público ou privado;

5.2.3 Certificado de Posto Revendedor fornecido pela Agência Nacional de Petróleo – ANP;

5.3 Comprovante de Licenciamento Ambiental.

5.3.1 A documentação acima descrita mostra-se justificável a fim de verificar a qualidade do produto a ser ofertado, bem como se este atende aos requisitos estabelecidos pela Agência Reguladora da matéria e às condições determinadas pela legislação ambiental em vigor.

5.3.2 A presente demanda trata-se de uma aquisição de material de consumo, onde se refere a fornecimentos contínuos, a qual é realizada pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, cujo interrupção ocasionará prejuízos a pessoas e serviços essenciais.

5.4 A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes.

5.5 Os itens ofertados devem estar, no que couber, em conformidade com as normas e registros exigidos: IBAMA, ABNT, ANP, INMETRO etc. compulsoriamente e/ou expressos neste ETP.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

- 5.6 Executar o fornecimento segundo as especificações e determinações do Setor de Transporte.
- 5.7 Dar à Administração ciência de qualquer fato que interfira na execução normal do serviço, sugerindo as medidas de correção.
- 5.8 Prestar com pontualidade os fornecimentos solicitados, de forma imediata, ou seja, quando o veículo estacionar na frente da bomba de abastecimento;
- 5.9 A empresa assume a integral responsabilidade por danos causados ao órgão ou a terceiros decorrentes da prestação de serviço.
- 5.10 Esta contratação tem caráter continuado, o abastecimento dos veículos, tem caráter continuado. Isso significa que o abastecimento não é um evento único, mas sim um processo contínuo ao longo da vida útil dos veículos.
- 5.11 O contrato deverá ter validade de 12 meses, podendo ser prorrogados por igual período, contados a partir de sua assinatura, competindo ao Gestor do contrato exercer a administração do instrumento contratual, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificação dos recursos empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificação da necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como a análise da viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos.

6 MODELO DA CONTRATAÇÃO

- 6.2 Após uma análise minuciosa análise, identificamos que objeto aqui em questão têm potencial para beneficiar não apenas nossa secretaria, mas também outras áreas dentro deste município, tornando assim conveniente para atendimento a mais de um órgão;
- 6.3 Diante disto adotar-nos-íamos o SRP – Sistema de Registro de Preços justifica-se por ter características do objeto, necessidade de contratações permanentes ou frequentes, assim como conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, por fim e de se perceber ser conveniente para atendimento a mais de um órgão, em atendimento o art. 3º, I, II e III do Decreto Federal n. 11.462 de 31 de março de 2023.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.5 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.8.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.8.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.8.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.8.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

7.8.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.8.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.9 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.10 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.10.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.10.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.10.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão permanente de processo administrativo, vinculada à Secretaria Municipal de Controle Interno.

7.11 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.12 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.13 O gestor do contrato e/ou fiscal de contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato, devendo observar e lançar no sistema eletrônico de cronologia de pagamento:

- a) o relatório e/ou registro próprio de acompanhamento do fiscal de contrato;
- b) a apresentação de planilhas de controle, ordem de serviços, registros fotográficos, dentre outros, quando necessário.
- c) a conferência da nota fiscal em conformidade a nota de empenho (NE), analisando valores unitários e fonte de recurso;
- d) a conferência se o valor total do empenho é suficiente para o pagamento da nota fiscal;
- e) a assinatura no carimbo de Atesto do fiscal de contrato na nota fiscal;
- f) a assinatura do responsável legal no carimbo Ratifico na nota fiscal;
- g) as certidões negativas de regularidade fiscal obrigatórias;
- h) a conferência da informação complementar na nota fiscal sobre a conta bancária do credor para receber o pagamento;
- i) a conferência da vigência do contrato ou ata de registro de preço.

8 CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.2.1 Os pagamentos serão efetuados parceladamente conforme execução dos serviços, no valor correspondente as Ordens de Prestação de Serviços comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.2.1.1 Notas Fiscais atestadas e liquidadas;

8.2.1.2 Prova de regularidade Fiscal e Trabalhista

8.2.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.2.1 não produzir os resultados acordados,

8.2.2.2 ou deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

Do recebimento

8.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e/ou administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, VII do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.3.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.3.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, VII, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.3.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.4.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.4.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.4.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

8.6.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.6.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.6.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.6.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.6.5 Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.7 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.8 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.11 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

8.13 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.14 A Administração deverá realizar consulta aos sites para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15 Constatando-se, junto aos órgãos de controle, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15.1 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15.2 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão.

Prazo de pagamento

8.17 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor de correção monetária.

Forma de pagamento

8.19 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22 A natureza do contrato e o objeto da contratação irão determinar a retenção tributária eventualmente cabível, bem como a possibilidade de a empresa se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.

8.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

Cessão de crédito

8.24 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.24.1 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

8.25 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.2 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO**.

9.3 Adoção do SRP: A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços justifica-se por ter características do objeto, necessidade de contratações permanentes ou frequentes, assim como conveniente a contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, por fim e de se perceber ser conveniente para atendimento a mais de um órgão, em atendimento o art. 3º, I, II e III do Decreto Federal n. 11.462 de 31 de março de 2023.

9.3.1 Justificativa da Adoção do Sistema de Registro de Preços: *O Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Dec. nº 11.462 /2023: necessidade de contratações frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas; contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou*



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Da Realização de Registro de Preços:

Considerando o Art. 40, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133 /21, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, dispõe que o planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I – [...];

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

(...)

Considerando o art. 6º inciso XLI e art. 28, I todos da Lei Federal nº. 14.133/21 que institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, e dá outras providências, onde transcrevemos abaixo:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

(...)

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;”

Considerando o artigo 3º do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023:

“Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;”

Considerando assim o mencionado Decreto, adotar-nos-íamos o Registro de Preços visando futuras contratações de **Aquisição parcelada e eventual de Combustíveis, com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, destinados a frota de veículos pertencentes e locados da Secretaria Municipal de Educação**, mediante as seguintes justificativas:



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

Considerando que o fornecimento ocorrerá quando da real necessidade do órgão público, que poderá se servir da ata que resulta do registro de preços quantas vezes forem necessárias, evitando, assim, a realização de múltiplas licitações, do que resulta utilização racional dos recursos públicos; Considerando que os serviços aqui pretendidos, pode ser de similaridade com os demais órgãos públicos deste;

Considerando o parágrafo anterior, juntamente com o Decreto Federal n. 11.462/2023, no Art. 3º, Inciso III, quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas, e, corroborando temos o Inciso II, quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa, diante disso tem-se hipóteses para a adoção do procedimento de Registro de Preços;

Considerando que, os gastos com licitação não podem ser desconsiderando, além de que os atos administrativos demandam tempo, há ainda a obrigação de publicações, gastos com pessoal e materiais, no que mais, a adoção do registro de preços para SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, como órgão gerenciador e ampliando a participação aos demais órgãos como partícipes, auxiliariam a Administração no geral, tanto economicamente, como em prazo;

Considerando que, além da solicitação dos serviços ocorrer somente quando surgir à necessidade em se adquirir os bens registrados, tem-se as vantagens de: ausência da obrigatoriedade em se adquirir os serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais, vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados, celeridade da contratação, haja vista que se têm preços registrados, atendimento de demandas imprevisíveis, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades, eficiência logística, dentre outras. (Sistema de Registro de Preços – Perguntas e respostas – Edição revisada – 2014/Controladoria Geral da União CGU).

O regulamento determina que as licitações para sistema de registro de preços - SRP – considera-se um conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras. No caso específico da utilização do pregão, o objeto a ser licitado, além de se adequar às hipóteses previstas no referido artigo 2º, também deve consistir em bem ou serviço de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado (conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021).

Portanto, justificam a adoção do SRP:

1. A necessidade de contratações frequentes, recorrentes do mesmo objeto, situação que caracteriza a necessidade contínua de aquisição de determinado produto ou de prestação de um dado serviço, porém não sendo possível mensurar previamente o quantitativo total a ser fornecido do produto ou a quantidade de vezes em que o serviço será demandado ao longo do exercício financeiro, de forma a não permitir a realização de contratação convencional;
2. A conveniência de contratações (podendo ou não, inicialmente, ser predeterminada a época de cada prestação de serviços);



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

3. A possibilidade de satisfação simultânea a diversos órgãos, que apresentem necessidades semelhantes, homogêneas.

O SRP – Sistema de Registro de Preços, segundo Marçal Justen Filho,

“apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública” (2016, p. 310).

Tal o é que, diante de situação que se amolde às hipóteses previstas no art. 3º do Regulamento, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

E, com o advento do pregão, especialmente na sua forma eletrônica, a adoção do procedimento de registro de preços tornou-se ainda mais difundida em todos os níveis da Administração Pública.

Dentre as várias vantagens na adoção do SRP destacam-se as seguintes:

1. Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar de uma mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços, honrando assim o princípio da economicidade. Como o resultado de uma mesma licitação poderá ser aproveitado por diversos órgãos distintos, e o custo unitário do objeto a ser contratado cai à medida em que aumenta a quantidade fornecida (por força dos princípios naturais regulatórios da economia e do mercado), a contratação em maior volume possibilita ganhos maiores para a Administração (MARÇAL, 2016, p. 310).

2. Promove a maior eficiência administrativa, com a redução do número de licitações e seus custos agregados – gastos financeiros, dispêndio de tempo, emprego de recursos humanos. Com o registro de preços daqueles bens, produtos ou serviços que a Administração contrata rotineiramente, não há mais necessidade de se realizar vários procedimentos licitatórios idênticos e repetitivos, para os mesmos objetos.

3. Celeridade da contratação, visto que, com os preços registrados e homologados em ARP vigente, basta a Administração expedir Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento (que, na hipótese, funcionam como instrumentos substitutos do Termo de Contrato, mas que se prestam à mesma finalidade) e terá o objeto de que necessita para o atendimento imediato da necessidade administrativa.

4. A solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os bens e serviços registrados. Jair Eduardo Santana adota, com bastante felicidade, a expressão “otimização dos estoques” numa menção à possibilidade de a Administração comprar apenas o quanto precisa e apenas quando precisa (2009, p. 429).

5. Redução de volume de estoques e conseqüentemente do custo de armazenagem, bem como de perdas por perecimento ou má conservação, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades. O CNJ, em seu Manual de Gestão de Contratos (2013, p. 47), assim traduz as vantagens do SRP:

6. Uma espécie de “almoxarifado virtual”, onde são efetuados estoques de bens e serviços sem a necessidade de armazenagem e do conseqüente pagamento, o qual somente ocorrerá no momento da efetiva entrega do bem ou da prestação do serviço (disponível em



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/12/db4842ff31b21e32a039e3497434bd4.pdf>,
acessado em 10/08/2017).

7. Ausência de obrigatoriedade na contratação dos bens e serviços registrados. Uma ressalva que é feita a esse aspecto é o perigo de se realizarem licitações para registro de preços de forma inconsequente, cabe ao administrador público ser coerente na análise da conveniência de realização da licitação. A Administração deve cuidar para não promover certames desnecessários e onerosos, posto que é vedada a atuação estatal inútil (MARINELA, 2010, p. 39).

8. Permite o atendimento a demandas de difícil previsibilidade, decorrentes de necessidades variáveis ou sujeitas a quantitativos oscilantes. Contudo, apesar de o legislador autorizar que os quantitativos definidos no edital possam ser apenas estimados (e não exatos), a Administração deve lançar mão de boas técnicas de estimativa, considerando seu histórico de contratações anteriores, a fim de que os quantitativos sejam os mais próximos da necessidade administrativa quanto possível, e não meramente aleatórios.

9. A Administração tem a obrigação de ter a disponibilidade orçamentária apenas no momento da contratação. SANTANA (2009, p. 429) refere-se a esse aspecto como sendo a possibilidade de “otimização dos orçamentos” (a Administração só compra quando puder pagar).

10. Amplia a participação de empresas menores (ME, EPP), em virtude da possibilidade entrega ou fornecimento do bem ou serviço registrado ocorrer de forma parcelada, e também pela prática de registro de preços por Itens e/ou Lotes.

11. Evita o fracionamento ilegal de despesa, uma vez que o administrador pode realizar registro de preços para contratações futuras com entrega parcelada, conforme a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade, ao invés de realizar vários procedimentos de dispensa de licitação para o mesmo objeto.

Por fim justifica-se a adoção do Sistema de Registro de Preços.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.2 Obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura da respectiva **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, subscrita pelo Município, e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observará os termos do Decreto Federal n. 11.462/2023, da Lei n.º 14.133/2021, deste edital e demais normas pertinentes.

10.2.1 Integra o presente instrumento (ANEXO) o modelo da Ata de Registro de Preços a serem celebradas.

10.2.1.1 Os licitantes além das obrigações resultantes da observância da Legislação aplicável, deverão obedecer às disposições elencadas na Ata de Registro de Preços – Anexa a este edital.

10.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o **ORGÃO GERENCIADOR**, convocará o(s) licitante(s) vencedor(es) para assinatura da Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, pelo prazo previsto, nos termos do modelo que integra este Edital.

10.3.1 O(s) Licitante(s) Vencedor(es) terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contado a partir da convocação, para subscrever a Ata de Registro de Preços. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Licitante Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra justo motivo aceito pelo **ORGÃO GERENCIADO**.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

10.3.2 A recusa injustificada ou a carência de justo motivo da vencedora de não formalizar a Ata de Registro de Preços, no prazo estabelecido, sujeitará a Licitante à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.3.3 Se o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido é facultado à administração municipal convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para negociar com os mesmos, com vistas à obtenção de melhores preços, preservado o interesse público e respeitados os valores estimados para a contratação previstos na planilha de custos anexa ao Termo de Referência.

10.4 Incumbirá à administração providenciar a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços na Imprensa Oficial, na forma prevista no Art. 94, inciso I, da Lei 14.133/21, até o vigésimo dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

10.5 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10.6 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Diário Oficial, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

10.6.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista, art. 105, da Lei n. 14.133/21.

Alteração ou atualização dos preços registrados

10.7 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.7.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

10.7.3 na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

Negociação de preços registrados

10.8 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

10.8.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

10.8.2 Na hipótese prevista no 10.7.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

10.8.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, do Decreto Federal n. 11.462/2023 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

10.8.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 35, do Decreto Federal n. 11.462/2023.

10.9 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

10.9.1 Para fins do disposto no item 10.8, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

10.9.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no art. 28, do Decreto Federal n. 11.462/2023, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

10.9.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no art. 29, do Decreto Federal n. 11.462/2023 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

10.9.4 Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no 10.8.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

10.9.5 O órgão ou a entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 35, do Decreto Federal n. 11.462/2023.

11 DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.2 O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:

11.2.1 descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

11.2.2 não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.2.3 não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27, do Decreto Federal n. 11.462/2023; ou

11.2.4 sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

11.3 Na hipótese prevista no item 11.1.4, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.3.1 O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.3.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

Cancelamento dos preços registrados

11.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.4.1 por razão de interesse público;

11.4.2 a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.4.3 se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27, do Decreto Federal n. 11.462/2023.

12 DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Procedimentos

12.2 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

12.2.1 O remanejamento de que trata o item 12.1 somente será feito:

12.2.1.1 de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

12.2.1.2 de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

12.2.1.3 O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o item 12.1.

12.2.1.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32, do Decreto Federal n. 11.462/2023.

12.2.1.5 Para fins do disposto no item 12.1, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

12.2.1.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

13 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

13.2 NÃO SERÃO ACEITO ADESÕES À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.2.1 Justificativa da não aceitação de adesões, considerando a peculiaridade do objeto, levando-se em consideração os requisitos da contratação, do qual são personalíssimos ao município. Diante disto, não vislumbramos ser viável para outro município utilizar-se desta ata.

14 DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

14.2 Dos Prazos e condições para assinatura do Contrato:

14.2.1 A Licitante registrada terá o prazo de até 05 (cinco) dias após convocação, para a assinatura do instrumento Contratual correspondente, conforme anexo (minuta do contrato), e a retirada da respectiva Nota de Empenho. A critério da administração, este prazo poderá ser prorrogável, por apenas uma vez, sob pena de decair o direito à contratação;

14.2.2 Se a Licitante registrada, convocada dentro do prazo de validade da respectiva ARP, não apresentar situação regular, bem como apresentar recusa à assinatura do contrato, no prazo fixado, decairá do direito à contratação, ficando sujeita as penalidades previstas no art. 156, III da Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais;

14.2.3 Em ocorrendo a hipótese descrita no item anterior, o processo retornará ao agente, que analisará a existência de cadastramento de reserva, e em havendo, provocará as Licitantes remanescentes, que, em sessão pública, e, segundo a ordem de classificação, serão convocadas para a assinatura do Termo de Contrato;

Da Vigência dos contratos

14.3 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, observado o disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

15 EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

15.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos

Habilitação jurídica

15.3 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

15.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

15.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

15.7 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

15.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

15.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

15.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.13 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.14 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.16 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.17 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

15.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

15.19 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

15.20 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

15.21 Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado com características compatíveis com o objeto da licitação.

15.22 Alvará de funcionamento da empresa, referente ao domicílio, emitido pela entidade profissional competente.

15.23 Certificado de Registro do revendedor varejista na Agência Nacional do Petróleo – ANP, de acordo com a Portaria nº 116/2000;

15.24 Licença de Operação emitida pela ADEMA - Administração Estadual do Meio-Ambiente - Sergipe informando que o posto está dentro das condições exigidas por aquele órgão;

16 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

16.1 O valor estimado da contratação será apurado posteriormente, mediante pesquisa de preços de mercado, a ser realizada em conformidade com a legislação vigente, especialmente o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, levando em consideração contratações similares realizadas pela Administração Pública, bem como consultas a fornecedores do ramo.

17 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

17.2.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

17.2.2 As despesas referentes às requisições correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa da PREFEITURA e seus FUNDOS, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços e das Contratações decorrentes dela, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos;

17.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

18 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

I) O fornecimento dos combustíveis, objeto desta licitação, será executado de acordo com as necessidades destes órgãos, mediante emissão de autorização para o abastecimento do(s) veículo(s) da mesma, diretamente no(s) posto(s) de abastecimento indicado(s) na proposta.

II) O(s) posto(s) de abastecimento deverá(ão) possuir, no mínimo, **01 (uma) bomba de abastecimento localizada a uma distância máxima de até 10 km (dez quilômetros) da garagem do Município**, considerando trajeto em vias com condições regulares de tráfego, devidamente pavimentadas ou com revestimento adequado.

III) Parágrafo único. A exigência justifica-se pela necessidade de garantir a **economicidade, eficiência operacional e continuidade dos serviços públicos**, evitando deslocamentos excessivos da frota, especialmente no atendimento ao transporte escolar e demais atividades essenciais.

IV) O(s) posto(s) deverá(ão) funcionar em horário compatível com as necessidades da Administração, **preferencialmente de forma contínua, inclusive aos finais de semana**, garantindo o abastecimento da frota sempre que necessário.

V) O fornecimento, objeto do Contrato, deverá ser feito durante o prazo de vigência estabelecido. Findo este, as partes não poderão exigir uma da outra o exaurimento dos quantitativos



ESTADO DE SERGIPE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FEIRA NOVA

AV ELENIZIO DANTAS DE SOUZA nº 235 – CENTRO-CEP: 49.670-000 CNPJ: 60.276.133/0001-17
TELE/FAX: (79) 9.9874-7982 E-MAIL: feiranovase.licitacoes@gmail.com / site: www.feiranova.se.gov.br

previstos no instrumento convocatório, por meramente estimativos, considerando-se perfeitamente realizado o objeto contratual. Ao contrário, exaurido o limite quantitativo antes do encerramento do prazo contratual, a Administração poderá acrescer o objeto até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Feira Nova /SE, 11 de maio de 2026.

Jose Wilson Oliveira Santos
Sec.de Transportes e Serviços Urbanos

De acordo, aprovo o presente Termo de Referência da Contratação.

Samuel da Silva Souza
Secretário de Educação